

**PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAQUI**

Rua Bento Gonçalves, 335

ITAQUI - RS

5534321100 - CNPJ : 88.120.662/0001-46

itaqui@itaqui.rs.gov.br

www.itaqui.rs.gov.br

PROCESSO Nº 6116/2023  
IMPRESSÃO DE DESPACHO  
Data: 30/05/2023  
Hora: 12:59  
Usuário: VERIDIANA VELASQUE FERNER  
Público: Sim

**Processo :** 6116/2023**Data :** 30/05/2023**Tipo :** APRESENTA SOLICITAÇÃO -**Titular do Processo :** GABINETE DO PREFEITO**Hora :** 12:00**Atendente :** BEATRIZ MOTTA GOIA**Requerente :** GABINETE DO PREFEITO**Observação :** SOLICITAÇÃO EM ANEXO...

**Despacho :** Resposta ao Recurso Administrativo ao Pregão Eletrônico Nº 014/2023 – Aquisição de Veículos, tipo Picape para Secretaria de Obras e Infraestrutura Urbana e Rural

Excelentíssimo Prefeito,  
Referente ao recurso interposto pela empresa ITAIMBÉ AUTOMÓVEIS LTDA, inscrita no CNPJ Nº 01.658.038/0001-80, em relação à desclassificação ocorrida durante a licitação na modalidade de Pregão Eletrônico, regida pela Lei 8.666/93, gostaríamos de apresentar nossa resposta e justificativas para a manutenção da decisão desta pregoeira.

Após análise cuidadosa do recurso apresentado, entendemos as preocupações levantadas pela Empresa ITAIMBÉ AUTOMÓVEIS LTDA, CNPJ Nº 01.658.038/0001-80 em relação à desclassificação por apresentar um lance significativamente abaixo do valor de mercado e não ter tido o cancelamento do seu lance aceito. No entanto, é importante ressaltar que a Administração Pública possui a prerrogativa de verificar a compatibilidade entre os valores ofertados e o mercado, visando garantir a eficiência e a economicidade na utilização dos recursos públicos.

Conforme estabelecido na legislação pertinente, a pregoeira tem a obrigação de zelar pela lisura do certame e pela seleção da proposta mais vantajosa para a Administração, considerando critérios objetivos previamente estabelecidos. Nesse sentido, o lance oferecido pela Empresa ITAIMBÉ AUTOMÓVEIS LTDA foi considerado desproporcionalmente baixo em relação ao valor de mercado, o que suscitou dúvidas quanto à capacidade de execução do contrato e à adequação das condições propostas.

O valor de Referência foi de R\$ 134.173,33 e o lance da empresa foi de R\$ 12.800,00.

Cabe destacar que, de acordo com o Art. 48, inciso II, § 1º, da Lei 8.666/93, a desclassificação de propostas que apresentem preços excessivamente baixos é uma medida legítima quando há indícios de descumprimento das obrigações contratuais ou de inviabilidade de cumprimento do objeto licitado.

Além disso, observa-se que o pedido de cancelamento do lance apresentado pela Empresa Recorrente foi realizado em momento impróprio, uma vez que o item em questão já se encontrava em iminência de fechamento. Conforme determina a legislação, não é possível cancelar um lance quando o pregão está próximo de sua conclusão, pois isso poderia prejudicar o prosseguimento regular do certame e a seleção da proposta mais vantajosa.

Em resposta ao pedido de cancelamento de lance apresentado pela Empresa Recorrente, referente à licitação realizada na modalidade de Pregão Eletrônico, gostaríamos de apresentar as justificativas para a não aceitação desse cancelamento.

1. Previsão legal e princípios da licitação: Conforme disposto na legislação pertinente, em especial a Lei 8.666/93, a Administração Pública tem o dever de selecionar a proposta mais vantajosa para a Administração, pautando-se pelos princípios da isonomia, competitividade, economicidade e eficiência. Nesse sentido, uma vez iniciada a fase de lances no pregão eletrônico, o cancelamento de um lance pode prejudicar a competitividade e a lisura do certame, bem como ferir o princípio da igualdade entre os licitantes.

2. Impossibilidade de retrocesso no certame: O pregão eletrônico é uma modalidade de licitação que se caracteriza pela dinamicidade e celeridade. Após a abertura da fase de lances, as propostas vão sendo apresentadas em tempo real, e a Administração Pública tem o dever de conduzir o certame de forma ágil e eficiente. Permitir o cancelamento de um lance em fase avançada do pregão eletrônico implicaria em retroceder no andamento do processo, comprometendo a sua





**PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAQUI**

Rua Bento Gonçalves, 335

ITAQUI - RS

5534321100 - CNPJ: 88.120.662/0001-46

itaqui@itaqui.rs.gov.br

www.itaqui.rs.gov.br

PROCESSO Nº 6116/2023  
IMPRESSÃO DE DESPACHO  
Data: 30/05/2023  
Hora: 12:59  
Usuário: VERIDIANA VELASQUE FERNER  
Público: Sim

fluidez e o cumprimento dos prazos estabelecidos.

3. Vantagem da Administração Pública: O cancelamento de um lance por parte da empresa licitante pode ser interpretado como uma tentativa de modificar a estratégia de participação no certame, buscando obter benefícios indevidos ou vantagens desleais. A manutenção da regra que impede o cancelamento de lances em fases avançadas do pregão eletrônico contribui para assegurar a igualdade de condições entre os participantes e a transparência do processo licitatório.

Portanto, com base nas considerações acima expostas, justificamos a não aceitação do pedido de cancelamento de lance realizado pela Empresa ITAIMBÉ AUTOMÓVEIS LTDA, inscrita no CNPJ Nº 01.658.038/0001-80. Ressaltamos que essa decisão visa garantir a lisura, a transparência e a eficiência do processo licitatório, protegendo o interesse público e promovendo a seleção da proposta mais vantajosa para a Administração.

Ademais, é importante ressaltar que a figura do pregoeiro é responsável pela interpretação das normas e instruções estabelecidas no edital da licitação, bem como pelas decisões que garantam a observância dos princípios mencionados anteriormente. Essa atribuição confere ao pregoeiro a competência para avaliar, de forma imparcial, as solicitações de cancelamento de lances, a fim de evitar possíveis manipulações ou prejuízos ao processo licitatório.

Diante do exposto, reafirmo minha decisão, enquanto pregoeira, em desclassificar a proposta da Empresa Recorrente, com base no valor excessivamente baixo apresentado, tendo em vista a necessidade de garantir a segurança e a eficiência na contratação pública. Ressaltamos que a Administração Pública possui o dever de proteger o interesse público, o que inclui a seleção de propostas que demonstrem a capacidade adequada para a execução do objeto licitado, bem como a obtenção do melhor custo-benefício.

Estamos à disposição para prestar quaisquer esclarecimentos adicionais que se fizerem necessários.

Ante o exposto é o parecer desta pregoeira, salvo melhor juízo, respeitadas as opiniões em sentido contrário, ficando a decisão final quanto ao deferimento ou indeferimento, à oportunidade e conveniência do Poder Executivo, neste ato representado pelo Srº Prefeito.

Itaqui/RS, 30 de Maio de 2023.

  
Veridiana Velasque Ferner  
Pregoeira

1- À Procuradoria Geral do Município

Encaminho para parecer desta assessoria quanto a Recurso e Avaliação da pregoeira apresentado nos autos em anexo.

2- Após encaminhar ao Gabinete de Gestão Integrada para decisão da autoridade competente.

Atenciosamente,

  
Veridiana Ferner

**CAMPOS ADICIONAIS**



14  
ep



**PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAQUI**  
**Estado do Rio Grande do Sul**

R: Bento Gonçalves – 335 – Bairro: Centro – CEP: 97650-000

Fone (55) 3432-1100-Fax-(55) 3433 2323 –

Procuradoria do Município – Ramais 245, 246 e 247

**Processo Administrativo nº 6116/2023**

**Interessado: GABINETE DO PREFEITO**

**Parecer nº 318/2023**

**Sr. Prefeito,**

Cuida-se de recurso interposto pela empresa **Itaimbé Automóveis LTDA – CNPJ: 01.658.038/0001-80**, que tem por objetivo a habilitação da empresa junto ao certame licitatório eletrônico nº 014/2023.

De antemão verifica-se que a peça recursal encontra-se tempestiva, com fundamento no artigo 109, inciso I da Lei 8.666/1993, bem como se deu em razão de ato administrativo decisório.

Vieram os autos para análise e emissão de parecer.

Inicialmente, cumpre destacar que a presente manifestação da assessoria jurídica é de cunho estritamente jurídico, exarada com base unicamente nas informações e documentos apresentados nos autos, não tendo o condão de chancelar decisões de cunho técnico ou administrativo, ou de efetuar juízo de conveniência e oportunidade.

A licitação destina-se a garantir a observância do princípio constitucional da isonomia, a seleção da proposta mais vantajosa para a administração e a promoção do desenvolvimento nacional sustentável e será processada e julgada em estrita conformidade com os princípios básicos da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da probidade administrativa, da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo e dos que lhes são correlatos.

O Pregão Eletrônico nº 014/2023 tem por objeto aquisição de veículos tipo camionete picape, para compor a frota de veículos municipal. Nesse sentido, informa-se que o edital do pregão eletrônico foi publicado em 29 de março de 2023, com a previsão de disputa de preços sinalizada para o dia 19 de maio de 2023, tendo sido adotado o critério de julgamento menor preço por item, conforme se depreende do instrumento editalício (anexo ao processo administrativo nº 13.126/2022).

Analisando os autos do processo administrativo nº 13.126/2022, observa-se que a licitação obedeceu aos ditames legais, sendo observadas as exigências contidas na Lei nº 8.666/1993, no tocante à modalidade e ao procedimento. Verifica-se que foram cumpridas as formalidades de publicidade do procedimento, a existência de dotação orçamentária, a realização de pesquisa de preços, etc. Restando, portanto, obedecidos os pressupostos legais, razões pelas quais não há que se falar em ilegalidade, no sentido de respeito às formalidades procedimentais.

ep



A ora recorrente, tendo interesse em participar da licitação supramencionada, adquiriu o respectivo edital, a fim de se preparar para o certame.

A empresa **Itaimbé Automóveis LTDA – CNPJ: 01.658.038/0001-80**, foi declarada inabilitada pela Pregoeira do referido certame, considerando que o lance ofertado (R\$12.800,00) demonstrou-se inexequível frente ao valor de referência (R\$134.173,33).

No teor de sua peça recursal alega que solicitou o cancelamento do lance errôneo de forma imediata, e que a solicitação não foi atendida pela pregoeira, o acabou por prejudicar a empresa (fls.01/08). Ainda, aduz que a cláusula 4.9.1 do instrumento editalício não foi observada, contudo, cabe registrar que o cancelamento do lance se trata de uma faculdade da pregoeira, a qual afirmou que o pedido *foi realizado em momento impróprio, uma vez que o item em questão já se encontrava em iminência de fechamento* (fl.10).

A Lei Federal nº 8.66/1993 dispõe que serão desclassificadas propostas com valor global superior ao limite estabelecido ou com preços manifestamente inexequíveis, assim considerados aqueles que não venham a ter demonstrada sua viabilidade através de documentação que comprove que os custos dos insumos são coerentes com os de mercado e que os coeficientes de produtividade são compatíveis com a execução do objeto do contrato, condições estas necessariamente especificadas no ato convocatório da licitação (Art.48,inciso II).

Nesse sentido, autorizada pela Lei que regulamenta o referido edital, a Administração, representada pela pessoa da pregoeira, teve como base na sua decisão o interesse público, assumindo que tal reside na proposta de menor preço, **desde que a licitante tenha capacidade de executar a proposta.**

Nesse contexto, entende-se que a inabilitação da empresa se deu em razão de erro material, cometido pela própria participante do certame. E, muito embora a empresa apresente recurso solicitando anulação do respectivo certame, entende-se que tal medida não deva prosperar, tendo em vista a supremacia do interesse público.

Assim, com relação ao recurso interposto pela empresa recorrente face sua inabilitação no certame licitatório nº 014/2023, o mesmo não merece prosperar, eis que não tem o condão de alterar a decisão já proferida, pelos fatos e fundamentos acima expostos.

Ante o exposto é o parecer, salvo melhor juízo, respeitadas as opiniões em sentido contrário, pelo não provimento do recurso administrativo, ficando a decisão final quanto a viabilidade e deferimento das razões recursais, à oportunidade e conveniência do Poder Executivo, neste ato representado pelo Sr. Prefeito.

Itaqui (RS), 06 de junho de 2023.

  
Eleonora da Silva Andrade  
Assessora da Procuradoria



**PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAQUI**

Rua Bento Gonçalves, 335

ITAQUI - RS

5534321100 - CNPJ : 88.120.662/0001-46

itaqui@itaqui.rs.gov.br

www.itaqui.rs.gov.br

PROCESSO Nº 6116/2023  
IMPRESSÃO DE DESPACHO  
Data: 06/06/2023  
Hora: 11:43  
Usuário: GIAN DE SOUZA FERNER  
Público: Sim



Processo : 6116/2023

Data : 30/05/2023

Tipo : APRESENTA SOLICITAÇÃO -

Titular do Processo : GABINETE DO PREFEITO

Hora : 12:00

Atendente : BEATRIZ MOTTA GOIA

Requerente : GABINETE DO PREFEITO

Observação : SOLICITAÇÃO EM ANEXO...

**Despacho :** Nestes autos, a Empresa ITAIMBÉ AUTOMÓVEIS LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 01.658.038/0001-80, interpõe RECURSO, que tem por objetivo a habilitação da empresa junto ao certame licitatório eletrônico nº 014/2023. Foi concedido o contraditório e ampla defesa a empresa declarada vencedora do certame. Desta forma, considerando o parecer da Assessoria da Procuradoria-Geral do Município, nas folhas 14 e 15, e ainda pelo fato que a inabilitação da empresa se deu em razão de erro material, cometido pela própria participante do certame, ACOLHO o parecer citado e DECIDO pela IMPROCEDÊNCIA das razões recursais apresentada. Ao Setor de Licitações, para conhecimento e demais providências necessárias, observando-se em tudo, as disposições legais vigentes e o parecer jurídico. Por cumprido e nada mais havendo, archive-se

Em 06-06-2023 – 3ª feira.

LEONARDO BETIN  
Prefeito

**CAMPOS ADICIONAIS**